

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2012

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR030188/2012

SIND DOS TRAB NA INDUSTRIA DE ALIMENTACAO DE CAXIAS SUL, CNPJ n. 88.661.681/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ARLETE BEATRIZ CHRISTOFF SCHMITZ;

E

SIND DA INDUSTRIA DO TRIGO NO ESTADO DO RIO GRANDE SUL, CNPJ n. 92.818.590/0001-82, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). FELIPE SERRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 e a data-base da categoria em 1º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação**, com abrangência territorial em **Antônio Prado/RS, Carlos Barbosa/RS, Caxias do Sul/RS, Farroupilha/RS, Flores da Cunha/RS, Garibaldi/RS, São Marcos/RS e Veranópolis/RS.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Aos empregados admitidos após a data base e os que vierem a ser admitidos durante a vigência do presente acordo, com exceção do menor aprendiz e do exercente da função de contínuo, desde que menor, fica assegurado um salário normativo mínimo de R\$ 764,50 (setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) mensais, ou seu equivalente em semanas, dias ou horas, salário este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

a- O salário normativo só se tornará real após o decurso e cumprimento de período de experiência que, para efeito, ficara estabelecido pelo prazo máximo de noventa (90) dias.

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO DE EXPERIÊNCIA

Enquanto contrato de experiência, que unicamente para esse efeito de salário normativo deverá ser de noventa (90) dias, os empregados terão um salário de admissão de R\$ 732,60 (setecentos e trinta e dois reais e sessenta centavos),

salário este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

CLÁUSULA QUINTA - NORMATIVO E EXPERIÊNCIA - NÃO VINCULAÇÃO COM O SALÁRIO MÍNIMO LEGAL

Os salários normativos mínimos e o de experiência não serão considerados salários profissionais ou substitutivos do salário mínimo legal.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA SEXTA - VARIAÇÃO SALARIAL

As empresas concederão à todos os seus empregados, admitidos até 1º de janeiro de 2011, uma variação salarial para efeito da revisão da Convenção Coletiva de Trabalho, correspondente ao percentual de 7,51% (sete vírgula cinquenta e um por cento), a incidir sobre os salários praticados no mês de janeiro de 2011 e resultantes da Convenção Coletiva de Trabalho anterior.

a - As diferenças oriundas da presente convenção, serão satisfeitas junto com a folha de pagamento do mês de junho de 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - PROPORCIONALIDADE

Os empregados admitidos entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011 terão seus salários reajustados pelo único critério de escalonamento abaixo, entendido como mês completo, para os efeitos desta cláusula, a fração igual ou superior a quinze (15) dias de efetividade, contados da data de admissão até a data da presente revisão (1º de janeiro de 2012).

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

Admissão	Percentual para a folha de janeiro/2011
Janeiro 2011	7,51%
Fevereiro 2011	6,86%
Março 2011	6,22%
Abril 2011	5,58%
Mai 2011	4,95%
Junho 2011	4,31%
Julho 2011	3,69%
Agosto 2011	3,06%
Setembro 2011	2,44%
Outubro 2011	1,83%
Novembro 2011	1,21%
Dezembro 2011	0,61%

CLÁUSULA OITAVA - LIMITAÇÃO DO SALÁRIO DO EMPREGADO MAIS NOVO

Os reajustes previstos terão por limite máximo aqueles percebidos por empregado mais antigo, exercentes da mesma função, na mesma empresa.

a - O salário dos empregados vinculados a empresa pertencente ao Sindicato Econômico são legalmente considerados e composto pela presente revisão até a data base da Categoria situada em 1º de janeiro de 2012.

CLÁUSULA NONA - INCIDÊNCIA DOS REAJUSTES SOMENTE SOBRE A PARTE FIXA DOS SALÁRIOS

Os reajustamentos previstos na presente revisão não se estendem às remunerações variáveis percebidas com base em comissões percentuais, aplicando-se tão somente à parte fixa de salário misto pelo empregado assim remunerado.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA DÉCIMA - QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISANDO

Com a concessão dos reajustes mencionados, fica integralmente cumprida pelas empresas integrantes da categoria econômica toda a legislação aplicável no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, incluindo todos os diplomas legais pertinentes à política salarial do aludido período, ficando estipulado que o salário resultante da aplicação dos percentuais previstos, formarão base para eventual procedimento coletivo futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO PERÍODO REVISANDO

As variações até agora previstas serão praticadas a partir de 1º de janeiro de 2012, e quaisquer aumentos concedidos entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011 poderão ser utilizados para compensação com os mesmos, de vez que os percentuais de aumentos, ora concedidos, incorporam todos os reajustes salariais, espontâneos, coercitivos, acordados ou abonados, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

a - Os aumentos espontâneos ou coercitivos, com exceção dos concedidos neste acordo, praticados a partir de 1º de janeiro de 2012 e na vigência do presente acordo, poderão ser utilizados como antecipações e para compensação em procedimento coletivo futuro, de natureza legal ou não, de feito revisional ou ainda decorrente de política salarial

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISCRIMINATIVOS DOS SALÁRIOS

As empresas fornecerão aos empregados os envelopes de pagamento ou similares, com identificação da empresa e discriminação das parcelas pagas e dos descontos efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESCONTO EM FOLHAS DE PAGAMENTO

Fica convencionado que, desde que autorizado por seus empregados, as empresas poderão descontar dos salários dos mesmos os valores decorrentes de empréstimos, programas de cesta básica, farmácia, médicos, dentistas, óticas, mensalidade sindical, mensalidade da Associação de Funcionários, planos de saúde, seguros e convênios - será facultado aos empregados revogarem a autorização concedida fazendo isto por escrito, respeitados os compromissos já assumidos e/ou cumpridos pelos empregados.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - 13º SALÁRIO - AUXÍLIO DOENÇA

Unicamente para efeito de gratificação natalina, será computado o período em que o empregado tiver percebido auxílio-doença, desde que inferior a 181 (cento e oitenta e um) dias, o empregado retorne ao serviço dentro desse período e não esteja sendo paga pela previdência social.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - QUINQUÊNIO

As empresas concederão um adicional de 2% (dois por cento) sobre os salários contratuais dos empregados, para cada quinquênio de serviço prestado à mesma empresa

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO ESCOLAR

As empresas concederão um auxílio - escolar no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) aos empregados estudantes ou que tenham filhos em idade escolar, desde que solicitem por escrito, a ser pago em março de 2012 respeitados os seguintes requisitos:

a – Um auxílio por empregado.

b - Comprovação de frequência no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do estudante no curso em que estiver matriculado, comprovado pelos meios legais, em instituição de ensino reconhecida oficialmente, no final do período de estudo.

c - Ressarcimento por parte do empregado à empresa, caso não seja satisfeito o

sub-item anterior.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO FUNERAL

Ocorrendo falecimento de empregado, a empresa pagará ao conjugue ou aos dependentes mediante comprovação da habilitação perante a Previdência Social, o valor equivalente a (dois) salários normativos, vigentes na data do óbito.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÕES NAS RESCISÕES

A assistência prevista no Art.477 da CLT. Verificar – se- à em todas as rescisões do contrato de trabalho que já tiverem vigendo por mais de cento e oitenta (180) dias, obrigando se o Sindicato Profissional a manter uma pessoa habilitada e credenciada a proceder dita assistência, em todas as cidades abrangidas pelo presente acordo.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPENSA DE CUMPRIMENTO

Em caso de despedida do empregado sem justa causa, as empresas dispensarão o empregado do cumprimento do aviso prévio, com a imediata anotação da data na Carteira do Trabalho e Previdência Social e sem prejuízo das verbas rescisórias, porém, somente, a partir do momento em que o empregado tiver obtido outro emprego, devidamente comprovado.

a - Em caso de dispensa parcial ou total, as empresas ficarão isentas do pagamento dos dias restantes do aviso prévio e das repercussões proporcionais incidentes sobre a parte do pré-aviso dispensado em ferias proporcionais, 13º salário proporcional, FGTS.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CURSOS NÃO CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Não será considerado como tempo extra à disposição da empresa, o tempo despedido pelos empregados que participarem de cursos de aperfeiçoamento, treinamento, desenvolvimento ou formação profissional em horário normal de trabalho.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE VESPERA DE APOSENTADORIA

As empresas concederão, à opção do empregado, mediante prévia comunicação deste a elas que se encontra no período de 12 (doze) meses que antecedem a sua aposentadoria (integral ou proporcional), estabilidade durante aquele prazo ou garantia de salários por igual período, desde que não cometa falta grave e tenha mais de 04 (quatro) anos consecutivos de atividades na mesma empresa.

a- desde que solicitado pela empresa, o empregado deverá comprovar por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, sua condição de aposentado, sob pena de não beneficiar –se desta vantagem.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FERIADOS - COMPENSAÇÃO

Se ocorrerem feriados municipais ou federais de segunda às sextas - feiras os empregados não sofrerão qualquer redução nas horas pela falta de compensação desse feriado; conseqüentemente receberão a semana de 44 (quarenta e quatro) horas mais o respectivo repouso semanal. Assim também se ocorrer de um desses feriados recair em sábados, as empresas não terão outros encargos pagando tão somente as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, mais o respectivo repouso aos que preencherem os requisitos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

As empresas, respeitando o número de horas de trabalho contratual, poderão ultrapassar a duração normal de oito horas diárias, até o máximo legal permitido (2 horas), visando a compensação das horas não trabalhadas em algum dia da semana, inclusive aos sábados, sem que esse acréscimo seja considerado como horas extras, ressalvada, quando se tratar de empregada ou empregados menores,

a existência de autorização médica, garantindo o repouso semanal remunerado de um dia independente de feriados.

a - Uma vez estabelecido o regime de compensação, somente poderá ser alterado com a concordância expressa dos empregados e homologação do Sindicato Suscitante.

b - Instituído o regime de compensação que trata o presente item, as empresas poderão continuar a contratar seus empregados com horário compensado, ficando estabelecido que, enquanto o horário de trabalho não for modificado pelo consenso da empresa e empregados, com a homologação do Sindicato, será respeitado como horário normal, não sendo consideradas como extraordinárias as horas destinadas à compensação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - TRANSPORTE

Para as empresas que fornecerem gratuitamente ou não, a seus empregados o transporte para o trabalho e retorno, fica desde já acordado que o tempo despendido no percurso não integrará a jornada de trabalho dos empregados, devendo esses se deslocar até o local em que as empresas mantenham as linhas de trajeto habitual, se desejarem valer - se do referido transporte.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS - FRACIONAMENTO

As empresas poderão fracionar os períodos de férias de seus empregados em até 02(duas) vezes, garantindo-se que os períodos concedidos não sejam inferiores a 15(quinze) dias.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ARTIGO 60 DA CLT

A verificação prévia prevista no artigo 60 da Consolidação das Leis do Trabalho poderá ser realizada por médico do trabalho, com registro no Ministério do Trabalho e indicado pela empresa.

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO E USO

Os uniformes e equipamentos de proteção e segurança, quando exigidos pela empresa, serão fornecidos gratuitamente aos empregados que se obrigam a usá-los quando em serviço, e devolve-los por ocasião da rescisão do contrato de trabalho.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DESCONTO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES

As empresas descontarão de seus empregados abrangidos pelo Suscitante, atingidos ou não pelo presente acordo, a importância correspondente a 2 (dois) dias de salário já corrigido a ser descontado 01 (um) dia do salário do mês de junho de 2012 recolhido aos cofres do Sindicato profissional até o dia 10 (dez) de julho de 2012 e 1 (um) dia de salário do mês de setembro de 2012, cujo recolhimento aos cofres do Sindicato até o dia 10 (dez) de outubro de 2012 em guias, onde conste a relação dos funcionários e respectivos descontos, ressalvadas as determinações do Ex- Precedente Normativo nº 74 do TST.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EVENTUAIS DÚVIDAS E/OU CONTROVÉRSIAS

As dúvidas e/ou controvérsias eventualmente surgidas em decorrência dos termos do presente serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do presente acordo por parte das empresas, fica estabelecida uma multa de 30% do salário normativo da categoria em benefício ao trabalhador.

ARLETE BEATRIZ CHRISTOFF SCHMITZ

Presidente
SIND DOS TRAB NA INDUSTRIA DE ALIMENTACAO DE CAXIAS SUL

FELIPE SERRA
Procurador
SIND DA INDUSTRIA DO TRIGO NO ESTADO DO RIO GRANDE SUL